

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 7

PARTE I

PRECONCEITO E DIFERENÇA NA ESCOLA PÚBLICA

ASPECTOS QUE PERMITEM A SEGREGAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA, 13
José Leon Crochík

HISTÓRIAS DA EXCLUSÃO – E DE INCLUSÃO? – NA ESCOLA PÚBLICA, 23
Lígia Assumpção Amaral

PARTE II

ENSINO ESPECIAL E LEGISLAÇÃO

PRÁTICAS INSTITUCIONAIS E EXCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA DEFICIENTE, 37
José Geraldo Silveira Bueno

LEGISLAÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL DAS CLASSES ESPECIAIS NO ESTADO DE
SÃO PAULO, 55
Júlio Bissoli Neto

PARTE III

PSICODIAGNÓSTICO E AVALIAÇÃO

AS CLASSES ESPECIAIS E UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO
PSICOLÓGICA, 69
Adriana Marcondes Machado
Marilene Proença Rebello de Souza
Yara Sayão

RESPEITAR OU SUBMETER: A AVALIAÇÃO DE INTELIGÊNCIA EM CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR, 117

Cecília Azevedo Lima Collares

Maria Aparecida Affonso Moysés

O PROFISSIONAL DE SAÚDE E O FRACASSO ESCOLAR:

COMPASSOS E DESCOMPASSOS, 137

Cecília Azevedo Lima Collares

Maria Aparecida Affonso Moysés

PARTE IV

RELATO DE EXPERIÊNCIAS

SAÚDE E ESCOLA: A EXPERIÊNCIA DE SANTOS, 161

Carla Bertual

FÓRUM DE SAÚDE MENTAL, 167

Maria de Lima Salum e Morais

ANGÚSTIAS DE UMA ALFABETIZADORA EM CLASSE ESPECIAL, 191

Cleuza Beraldo Nora

APRESENTAÇÃO

Em 1995, uma das demandas mais significativas e preocupantes que chegavam ao Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, São Paulo – estava relacionada à educação especial.

Fosse pela via dos profissionais dos serviços de saúde ou daqueles que trabalham em escola ou consultórios, as perguntas sobre como avaliar e/ou encaminhar alunos para classe especial, emitir laudos etc. nos alertaram para a necessidade de se iniciar um amplo debate sobre o tema. Fazia-se necessário discutir vários aspectos relativos ao lugar que a educação especial ocupa em nosso país e como o psicólogo se coloca diante desta questão.

De início, o compromisso do psicólogo com esse fluxo estava selado em virtude da legislação, que exige, como passaporte de entrada para a classe especial, a avaliação psicológica especificando o nível intelectual da criança.

Naquele mesmo ano, segundo informações da própria Secretaria da Educação, no Estado de São Paulo cerca de 20 mil crianças freqüentavam as classes especiais. Permito-me aqui fazer uma breve comparação com o número de leitos em hospitais psiquiátricos no mesmo Estado: segundo a Secretaria de Estado da Saúde, aproximadamente 20 mil. A defesa pela substituição do modelo hospitalocêntrico é, sem dúvida, uma causa bastante conhecida de luta do Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, talvez muito mais do que era até aquele momento a questão da educação. E sabíamos que não se tratava de uma luta fácil; tratava-se principalmente de uma mudança de cultura que possibilitasse que uma técnica mais ética, humana e eficiente possa habitar o campo da saúde mental. E de repente lá estávamos nós, diante de números semelhantes na Educação, que falam também de exclusão,

segregação e pouquíssima contribuição para uma vida mais digna.

Assim, em outubro de 1995, fizemos o I Encontro de Educação Especial, que contou com a participação de mais de 700 pessoas entre psicólogos, estudantes e profissionais de outras áreas. Mais uma vez fomos surpreendidos pelos números, que superaram nossas expectativas de público. Nossos convidados fizeram apresentações marcantes e fundamentais para a reflexão já necessária ao tema.

Foi, pois, com o intuito de contribuir para que o debate se mantenha presente em cada um de nós que decidimos publicar este livro. Num primeiro bloco, os autores discutem o preconceito e a diferença na escola pública, denunciando a negação das diferenças dentro do sistema educacional e mostrando que a forma como se deu a educação no Brasil, desde os seus primórdios, pouco mudou.

Após uma reflexão teórica, portanto, já com elementos para introduzirmos a situação hoje, entramos no ponto sobre ensino especial e legislação, ou seja, as bases legais em que está colocada a educação e o acesso a ela na atualidade. Os autores apresentaram importantes informações sobre a legislação vigente, como ela vem sendo utilizada e o tipo de avaliações que têm sido produzidas. Dentre as principais constatações da CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas) está a de que cerca de 55% dos alunos que freqüentam as classes especiais foram indevidamente encaminhados. Outros estudos aqui apresentados mostram números mais alarmantes, que apontam fundamentalmente para as avaliações como as grandes culpadas da história dos encaminhamentos para as classes especiais.

Alguns dos autores apresentaram propostas de modelos de avaliação diferentes dos tradicionais, na tentativa de intervir nesse fluxo, na maioria das vezes, uma ida sem volta.

As propostas dos modelos são discutidas não só por psicólogos, mas também por uma pediatra e uma pedagoga, que abordam o tema da ótica da medicalização e biologização do fracasso escolar. Com base nos dados de suas pesquisas, perguntam sobre a possibilidade real de se avaliar o potencial intelectual de alguém. Por outro lado, questionam o papel dos profissionais dos serviços de saúde, que muitas vezes acabam tomando para si os insucessos escolares, como se a dificuldade de responder a um determinado sistema de ensino pudesse ser tratada clínica e individualmente.

Na última parte são apresentados relatos de experiências bem-sucedidas que buscam, através de diversos meios e instrumentos, “driblar” a exclusão no sistema educacional e a dicotomia entre saúde e educação, com o objetivo de garantir os direitos fundamentais de cidadania.

Convidamos o leitor a se debruçar nas páginas deste livro, com a ousadia e a coragem necessárias ao tema.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 6ª REGIÃO – SÃO PAULO